

**Educação Popular Negra:
breves notas de um conceito**

*Black Popular Education:
brief notes of a concept*

*Educación Popular Negra:
breves notas de un concepto*

Natalino Neves da Silva² 

Resumo: Neste ensaio, a cultura e a educação popular realizadas pela população negra são entendidas no contexto de lutas políticas de libertação e emancipação. Nesse contexto, indaga-se: essas lutas ocasionam saberes de libertação e emancipatórios? A elaboração conceitual Educação Popular Negra (EPN) emerge como modo de apreender esses saberes gerados que buscam reconhecer e valorizar determinada produção sociopolítica e cultural afrodiáspórica. As ideias foram desenvolvidas por meio da pesquisa bibliográfica. Para elucidar a operacionalidade conceitual da EPN relacionada às práticas sociais buscou analisar, por meio da técnica análise de conteúdos, três estudos que pautam o reconhecimento da diversidade étnico-racial. As reflexões apontam que é na concretização de práticas sociais voltadas para a cultura popular negra que são constituídos, organizados e compartilhados os saberes de libertação e emancipatórios relacionados ao reconhecimento e à valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação Popular Negra. Cultura Popular Negra.

Abstract: *In this essay, culture and popular education carried out by the black population are understood in the context of political struggles for liberation and emancipation. In this context, one wonders: do these struggles cause liberation and emancipatory knowledge? The conceptual elaboration of Black Popular Education (EPN) emerges as a way of grasping this generated knowledge that seeks to recognize and value a certain afrodiásporic socio-political and cultural production. The ideas were developed through bibliographic research. To elucidate the conceptual operability of the EPN related to social practices, it sought to analyze, through the content analysis technique, three studies that guide the recognition of ethnic-racial diversity. The reflections point out that it is in the realization of social practices focused on the black popular culture that the liberation and emancipatory knowledge related to the recognition and appreciation of African and Afro-Brazilian culture is constituted, organized and shared.*

Keywords: *Popular Education. Black Popular Education. Black Popular Culture.*

Resumen: *En este ensayo, la cultura y la educación popular llevadas a cabo por la población negra se entienden en el contexto de las luchas políticas por la liberación y la emancipación. En este contexto, uno se pregunta: ¿estas luchas causan la liberación y el conocimiento emancipatorio? La elaboración conceptual de la Educación Popular Negra (EPN) surge como una forma de captar este conocimiento generado que busca reconocer y valorar una cierta producción sociopolítica y cultural afrodiáspórica. Las ideas fueron desarrolladas a través de la investigación bibliográfica. Para dilucidar la operabilidad conceptual de la EPN relacionada con las prácticas sociales, buscó analizar, mediante la técnica de análisis de contenido, tres estudios que guían el reconocimiento de la diversidad étnico-racial. Las reflexiones señalan que es en la implementación de prácticas sociales enfocadas en la cultura popular negra que se constituye, organiza y comparte el conocimiento de liberación y emancipación relacionado con el reconocimiento y la apreciación de la cultura africana y afrobrasileña.*

Palabras clave: *Educación Popular. Educación Popular Negra. Cultura Popular Negra.*

¹ **Submetido em:** 03 jun. 2019 - **Aceito em:** 16 out. 2019 - **Publicado em:** 16 nov. 2020

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – E-mail: professornatalino@gmail.com

Introdução

As ideias expostas neste ensaio vêm sendo construídas a partir de diálogos realizados em espaços sociais, políticos e acadêmicosⁱ. Esses diálogos, partindo de uma aproximação histórica e social de luta da população negra brasileira relacionada ao direito à educação e o respeito à diversidade étnico-racial, têm provocado a pensar o conceito Educação Popular Negraⁱⁱ (EPN) como um guia de interpretação de estudos, pesquisas e debates.

Mas o que vem a ser EPN? Como essa noção relaciona-se com a Educação Popular (EP)? E quanto a sua realização como prática social?ⁱⁱⁱ Em linhas gerais, o conceito Educação Popular Negra consiste em uma maneira de apreender e interpretar os saberes gerados que buscam reconhecer e valorizar determinada produção sociopolítica e cultural afrodiáspórica. Consequentemente, as práticas sociais que historicamente vêm sendo promovidas por parte da população negra^{iv} ganham centralidade enquanto foco de estudo e análise.

A luta antirracista voltada para a construção da justiça sociorracial é interpretada, nesse caso, como constitutiva de uma prática educativa que se realiza por meio de uma ação política, a qual se concretiza de maneira dialógica com o outro (FREIRE, 1970).

Pensar em termos de EPN diz respeito à necessidade de compreender como os saberes resultantes das lutas de libertação e emancipatórias por parte da população estão articulados em suas dimensões de: classe, raça, gênero, orientação sexual, entre outras, pois, afinal: “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Assim sendo, constata-se que a pertença racial^v dos sujeitos envolvidos nos processos culturais e educativos populares é, ainda hoje, pouco problematizada nas produções acadêmicas relacionadas à EP (STRECK, 2013). Daí emerge a necessidade de entender a dinâmica das práticas sociais de lutas emancipatórias de promoção de justiça sociorracial, a partir da perspectiva analítica da EPN. Essa abordagem remete aos dois sentidos usuais que, segundo Brandão e Assumpção^{vi} (2009, p. 12, grifos nossos), definem a Educação Popular:

Primeiro, enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como **educação da comunidade** e, segundo, como **trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social.**

O predicado “negro” relaciona-se, dessa forma, ao reconhecimento do protagonismo principalmente desse sujeito político, individual e coletivo. Reconhecimento esse, inclusive, que busca se afirmar enquanto matriz de conhecimento. Logo, refletir sobre EPN de maneira mais específica também está vinculado à legitimação da produção da população negra no curso da história em diferentes campos, a saber: epistêmico, ético, estético, sociopolítico, econômico, cultural, entre outros.

Nessa perspectiva, para atingir o objetivo geral deste estudo, qual seja: valer-se conceitualmente da concepção EPN como uma maneira de interpretar os saberes de libertação e emancipatórios ocasionados por meio de ações sociais realizadas, principalmente, pelo

sujeito político negro(a), em diferentes contextos socioculturais ao longo da história, a pesquisa bibliográfica apresentou-se como abordagem metodológica privilegiada, uma vez que: “os estudos bibliográficos feitos a partir de fontes [primárias ou secundárias] são memórias científicas originais” (SALVADOR, 1986, p. 12, grifos do autor).

Nesse caso, as produções relacionadas à história da educação dos negros (FONSECA; BARROS, 2016; ROMÃO, 2005; PERES, 2002), à luta da população negra pelo direito à educação (GONÇALVES, 2000; GONÇALVES; SILVA, 2000; SANTOS, 2007) e à educação popular afro-brasileira (LIMA, 1999; ROMÃO, 1999; PASSOS, 2002), entre outras, se constituíram como fontes diretas de inspiração.

EPN: o reconhecimento e a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira

Reconhecer e valorizar as contribuições dadas por atores sociais negros e negras são alguns dos pressupostos contidos na Lei n.º 10.639/03^{vii} (BRASIL, 2003), que trata da obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana em instituições públicas e particulares.

Nesse sentido, o processo de implementação dessa lei implica a realização de uma releitura historiográfica a qual foi instituída como oficial pelo saber-poder hegemônico. Afinal, no âmbito dessas narrativas, as lutas, os enfrentamentos e as resistências por parte dessa população foram, e/ou continuam sendo, invisibilizados, silenciados e ignorados.

O Parecer n.º 03/2004 e a Resolução n.º 01/2004, emitidos pelo Conselho Nacional de Educação, por meio de seu Conselho Pleno (CNE/CP), para atender aos propósitos expressos na referida lei, estabelecem o texto das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira” (DCNERER) explicitam que:

Reconhecer implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. **E isso requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicitadas**, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira (BRASIL, 2015, p. 135, grifos nossos).

Assim, pôr em relevo determinada interpretação social com base na perspectiva da EPN significa conceber, pois, outras lógicas de análise do fenômeno de lutas populares. Nesse caso, é central entender a concretização das lutas populares negras a partir de distintos espaços sociais, a saber: cidade e campo^{viii}. É importante considerar, ainda, a esse respeito que o combate ao racismo e à discriminação racial também se efetiva com “o processo de formação da pessoa humana oriunda das camadas populares, com vista à mudança social, contido em propostas da Educação Popular” (GIOVANETTI, 2005, p. 244).

Nesse caso, o processo de humanização da pessoa negra apresenta um caráter duplo. O primeiro deles está relacionado à construção positivada de sua autoimagem identitária étnico-racial. Isso exige a tomada de uma **consciência racial crítica**^{ix}. É importante destacar que os processos de desumanização, sejam eles materiais e simbólicos, incidem de maneira mais contundente sobre essa parcela da população.

O desenvolvimento desse tipo de consciência, em contextos capitalista-coloniais, exige a superação da condição social de **alienação racial**^x que incide sobre pessoas negras e não negras. Os diferentes estágios de alienação têm contribuído para aprofundar desigualdades sociorraciais, impedindo que ocorram mudanças de ordem socioeconômica, política, educacional e cultural.

Desse modo, práticas sociais alicerçadas em valores voltados para o reconhecimento, a valorização e o respeito da história e cultura Africana e Afro-brasileira historicamente têm contribuído no processo socioeducativo de formação de consciência racial, ocasionando com isso novos saberes de libertação e emancipatórios.

Cabe ressaltar que as lutas populares negras extrapolam a defesa de uma política identitária. É preciso considerar que a luta antirracista realizada, sobretudo, por sujeitos políticos negros(as), além de ter em vista o combate às desigualdades de gênero, sociais, econômicas, culturais, políticas, subjetivas, educacionais, entre outras, constitui-se ainda enquanto uma matriz de conhecimento.

É por esse motivo que os princípios de construção social, individual e coletiva, desde meados do século XX, consolidados em propostas de EP, além de serem fundamentais, constituem-se como relevantes referenciais formativos. As experiências de EP acumuladas^{xi} foram cruciais no sentido de problematizarem o modelo societário ainda hoje vigente, o qual “o tipo de Estado nacional [brasileiro] colonial-imperial [republicano-ditatorial] [...] em que a maioria das elites políticas sempre foi representante dos interesses econômicos subordinados ao grande capital internacional” (GOHN, 2010, p. 224).

Para Brandão (1985, p. 17, grifos do original), o trabalho de mediação da cultura e educação popular era feito de maneira dialógica **com/junto/a/para** as classes populares:

[...] o fato de que a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de idéias e práticas regido pela *diferença*, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como *educação popular*.

No campo ou na cidade, a educação popular emerge como pensamento crítico em relação à realidade opressora do homem no/com o mundo. Consequentemente, as instituições de ensino não estavam isentas de tal crítica. Freire (1970), em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, faz uma crítica rigorosa quanto à concepção bancária de educação. Nesse caso, abordagens de processos educativos que compartilham das concepções da EP indagam frontalmente o saber-poder instituído opressor.

A Educação Popular deve ser concebida como um componente das dinâmicas dos movimentos sociais, componente que colabora nos processos de autoconsciência individual e coletiva; reforça os processos de autonomia e criação cultural; favorece o desenvolvimento de iniciativas que formulam e recriam permanentemente “o

público” e, no meio destes processos, favorece também “o salto” da diversidade em direção aos processos inéditos e democráticos da unidade de nossos povos (GÁRCES, 2006, p. 89).

Partindo da compreensão de que EP integra a dinâmica dos movimentos sociais, pensar em termos de EPN significa considerá-la como parte integrante do processo de construção da luta antirracista e pelo direito pleno à cidadania da população negra. Desse modo, entender quais os saberes de libertação e emancipatórios ocasionados por meio das manifestações sociopolíticas e culturais populares afro-diaspóricas no cotidiano da vida social, por meio da conceituação interpretativa e analítica EPN, apresenta-se como fundamental.

Mas o que é cultura popular? O conceito cultura popular^{xiii} é de difícil apreensão. Por isso, Abreu (2003) afirma que o termo necessita ser contextualizado a partir de determinada experiência social, política e histórica:

O objetivo é colocar no centro da investigação as **pessoas de baixa renda, geralmente identificadas e discriminadas socialmente pela cor da pele, pelo local de moradia, pelo modo de ser e se vestir e pela pretensa criminalidade.** [...] Se podem ser tratados genericamente por populares (sem obrigação de suprimirmos as possíveis grandes diferenças entre eles, como as **distinções de gênero, raça, idade, região e religião**) isto se deve ao fato de compartilharem certos aspectos, que devem ser demonstrados, tais como as **condições de vida, significados de festas e danças, gostos** [...] Cultura popular não se conceitua, enfrenta-se. O conceito só emerge na busca da maneira como as pessoas comuns, as **camadas pobres ou populares** (ou o que pelo menos se considerou como tal) enfrentam (ou enfrentaram) **as novas modernidades** (nem sempre tão novas assim), da maneira como **criam** (ou recriam), **vivem** (ou viveram) denominam, expressam, conferem, **significados a seus valores, suas festas, religião e tradições, considerando sempre a relação complexa, dinâmica, criativa, conflituosa e por isso mesmo política mantida com diferentes segmentos da sociedade** (ABREU, 2003, p. 94-95, grifos nossos).

Para entender o *modus operandi* no qual a cultura popular negra cria-recria, produz-reproduz, significa-ressignifica a condição material e os símbolos culturais societários da modernidade-tardia, é preciso mirar o cotidiano. É no cotidiano que as religiões afro-brasileiras, as organizações negras, as tecnologias africanas, entre outras, têm resistido ao longo dos séculos (MOURA, 1984; CUNHA JÚNIOR, 2010; SODRÉ, 2017).

Refletindo um pouco mais a respeito dessa ponderação, convém rememorar as contribuições intelectuais, africana e afro-brasileira, dadas ao pensamento freiriano^{xiii}. Princípios filosóficos africanos, como: autodeterminação, libertação pela cultura, reconversão (descolonização) das mentalidades, entre outros, além de incorporados, pelo referido autor, foram decisivos para estruturar a proposta de educação popular brasileira.

De igual modo, o conceito conscientização, central nas ideias de Freire, resulta de uma elaboração realizada pelo sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos com a contribuição do filósofo Álvaro Viera Pinto:

Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo ‘conscientização’ por ser este o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, foi criado por [...] Álvaro Pinto e o professor Guerreiro [Ramos]. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade do

seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 1979, p. 25).

Ramos (1965, p. 61) considera que “sem consciência crítica, o ser humano ou grupo social é coisa, é matéria bruta do acontecer”. Daí a importância de entender a conscientização “como processo de dinamização das consciências, o desenvolvimento crítico da tomada de consciência”. Em se tratando de interpretar saberes de libertação e emancipatórios, no campo da luta antirracista, o termo conscientização é também apropriado pelo movimento negro, no sentido de promover a **consciência racial crítica**.

É na perspectiva da consciência racial crítica que a criação-recriação da cultura popular negra constitui-se, ao mesmo tempo, enquanto um polo de resistência e carrega em si elementos de transformação e renovação da vida social. Assim, refletir a partir da operacionalidade EPN constitui ainda uma maneira de interpretar as ações de resistências, transformação e renovação que são promovidas principalmente por esse sujeito político.

O modo de interpretar fenômenos sociais sob o ponto de vista das diversidades está alicerçado nas contribuições epistêmicas da perspectiva filosófica **pluriversal**. Com o filósofo sul-africano Mogobe Ramose, percebe-se que todo fenômeno social traz em si particularidades reveladoras. Na verdade, definições universais, como “massa social”, “nação”, “mestiçagem” etc., escamoteiam conflitos sociorraciais existentes, bem como conquistas políticas concretizadas por meio da cultura popular negra.

Nesse sentido, a cultura popular negra produz um saber que advém de experiências políticas, sociais, religiosas, culturais, ancestrais, entre outros. Daí a importância de investigar as práticas socioculturais populares negras e, desse modo, tomar conhecimento dos saberes por elas ocasionado.

Dar conta de perceber outros e novos modos de lidar com a produção-reprodução dos saberes afrodiaspóricos exige considerar a contribuição de outras epistemologias. O pensamento africano de ontem e de hoje tem se constituído nesse caso como um importante manancial inspirador.

Retomando então o conceito de pluriversalidade, elaborado por Mogobe Ramose (2011, p. 11), tem-se que “Ontologicamente, o Ser é a manifestação da multiplicidade e da diversidade dos entes. Essa é a pluriversalidade do ser, sempre presente. Para que essa condição existencial dos entes faça sentido, eles são identificados e determinados a partir de particularidades específicas”.

Assim sendo, o conceito EP coexistem infinitas maneiras de ser e de agir, trazer para cena a cultura e a educação popular negra parece ser, portanto, uma possibilidade de entender as experiências de ser e agir dos sujeitos que a realizam.

Uma interpretação a partir da noção EPN de práticas culturais populares negras

É necessário refletir sobre possíveis interpretações de práticas culturais populares negras fazendo o uso da noção EPN. Para esse fim, destaca-se a análise de três estudos. Neles, temas como os saberes da tradição africana e afro-brasileira, a luta pelo direito à educação por meio de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC) e o trabalho do educador social emergem como foco principal.

Seguindo a orientação metodológica com o objetivo de atender os propósitos deste estudo, o uso da técnica de análise de conteúdos^{xiv} possibilitou selecionar, analisar e interpretar os dados coletados. Interessa entender com a realização desse procedimento^{xv}: a) o reconhecimento, a valorização e o respeito da cultura africana e afro-brasileira; b) resistências culturais e populares negras; c) potencialidades educativas nas ações promovidas principalmente pelo sujeito político negro(a), entre outros.

Dá-se início pelo trabalho de dissertação de mestrado em educação realizado por Rocha (2011), que elegeu como foco de estudo comunidades tradicionais afro-brasileiras. De maneira específica, ela investigou membros de 8 comunidades congadeiras em Minas Gerais. O trabalho tinha como intenção “desvelar os processos vivenciados por essas pessoas nos atos de ensinar e aprender os preceitos tradicionais que regem o grupo da tradição de que fazem parte” (ROCHA, 2011, p. 16).

A pesquisadora considera que “a cultura [comunidades tradicionais] é importante espaço pedagógico e *locus* privilegiado de aprendizagem, no qual se configura um consistente e significativo processo de educação” (ROCHA, 2011, p. 134).

Ao elencar as seguintes dimensões: a) a cultura e construção de conhecimentos; b) a dinâmica relacional: ciranda dos saberes; c) a alegria no aprender e o prazer do saber: corpo-emoção-cognição; d) a presença mediadora dos mais velhos; e) observar-vivenciar experimentar-praticar, a autora as considera inerentes na maneira do ensinar e do aprender nessas comunidades e, assim, constituintes de uma pedagogia da tradição.

Pedagogia da Tradição é a construção coletiva do saber, partindo do seio familiar, tendo como base a realidade vivida e objetivando a convivência harmônica no grupo social. Assim, intrinsecamente, vida é conhecimento e conhecimento é vida. Nessa perspectiva, a educação se faz com forte vínculo comunitário e social, a exemplo da filosofia banto do existir em comunidade, onde o sentido da vida encontra-se na vivência coletiva, na vida em relação. Portanto, a base do ensinar/aprender nas comunidades congadeiras são os princípios da circularidade/comunitarismo/integração, elementos estruturantes da cosmovisão africana, ressemantizados nas terras brasileiras (ROCHA, 2011, p. 135).

Desse modo, as manifestações político-religiosa-culturais são portadoras de aprendizagens, saberes, tradições, valores etc. Levando em consideração a argumentação realizada, é possível ponderar que a efetivação dessas manifestações em si mesmas configuram-se como espaços de luta, reconhecimento e resistência da cultura africana e afro-brasileira. Sendo assim, elas se constituem enquanto uma ação social que produz-reproduz

saberes libertação e emancipatórios afrodiaspóricos capazes de serem interpretadas sob o ponto de vista conceitual da EPN.

No atual contexto de luta da população negra por reconhecimento e redistribuição por meio de políticas de ações afirmativas^{xvi}, compete lembrar as experiências dos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC). Criado em 1993, na Baixada Fluminense, pela iniciativa de uma equipe composta de quatro coordenadores e 10 professores, o PVNC constitui-se em um importante marco na luta contra o racismo.

Santos (2002) faz um apanhado histórico da construção do movimento PVNC, o qual considera um agente social no papel de transformações e mudanças na luta antirracista:

Com efeito, o PVNC é resultante de uma convergência múltipla de ações assentando-se em potências - construção identitárias, valorização de alteridades, conflitos, solidariedades, valores, projetos societários mobilizados por uma miríade de subjetividades que se consubstanciam sob as formas de militância política, trabalho voluntário, caridade, busca de elevação de autoestima, fortalecimento de capital social, etc., na determinação do envolvimento e da consciência (discursiva e/ou prática) de cada indivíduo (SANTOS, 2002, p. 38).

O surgimento do PVNC remonta reivindicação de Agentes da Pastoral Negra (APNs) em relação ao baixo ingresso de jovens negros(as) em universidades, entre os anos 1989 e 1992. Frei Davi Raimundo dos Santos (Frei Davi), Antônio Dourado, Luciano de Santana Dias e Alexandre do Nascimento, coordenadores do projeto, desempenharam um proeminente papel na organização da estrutura do PVNC.

De lá para cá, com a fundação da Educafro^{xvii}, a dispersão de iniciativas populares negras, organizadas em diferentes partes do país, bem como as mudanças ocorridas nos processos de ingressos nas universidades brasileiras e os conflitos políticos, partidários e ideológicos na condução do PVNC, constituem, nas palavras do autor, “novas configurações de agendas e agências políticas de militância popular negra” (SANTOS, 2002, p. 57).

Revisitar a experiência PVNC existente ainda hoje^{xviii} nos leva a refletir sobre a afirmação positivada da identidade negra por parte de jovens negros(as) populares. De fato, na dinâmica do cotidiano da vida social no campo e na cidade, é possível perceber que esses e essas jovens têm a cada dia ocupado a cena cultural, artística e política.

Nesse sentido, os cursos preparatórios, sobretudo os que têm como público-alvo a população juvenil pobre e negra, constituem-se de fato enquanto agências políticas de formação popular negra, as quais se encontram inseridas na luta antirracista, pelo direito à educação e promoção do respeito à dignidade da vida humana. Esse tipo de interpretação norteia a maneira de apreender práticas sociorraciais utilizando princípios de EPN.

Nessa direção, Silva (2012) indaga a respeito da identidade profissional do(a) educador(a) social no trato com a formação de crianças e adolescentes entre 6 a 16 anos. Na constituição dessa identidade, as contribuições do legado da EP têm sido fundamentais. Percebe-se que os princípios da EP estruturam as práticas do saber-fazer no trabalho com/para o social.

O autor reflete que superar o modelo de práticas escolares o qual é, ao mesmo tempo, difundido e introjetado no imaginário social consiste em um dos principais desafios enfrentados por esses profissionais no cotidiano de realização do trabalho socioeducativo:

Na experiência profissional como educador social, os desafios são cotidianos e constantes. Os desafios de sobrevivência a que as pessoas estão submetidas exigem-nos vê-las com outro olhar, de outro lugar. Não se trata de caridade ou assistência, mas sim de uma construção pessoal e profissional sensível e profundamente político/comprometida com os quadros das desigualdades socioeconômicas, políticas, culturais e históricas, etc., nas quais estão envolvidas as pessoas das camadas populares em nosso país (SILVA, 2012, p. 83).

Em todo o país, é notória a atuação de educadores(as) sociais no contraturno escolar. As possibilidades de inserção desses profissionais tanto na escola quanto fora dela se ampliaram a partir da perspectiva de trabalho de Educação em Tempo Integral. Com isso, para além das disciplinas escolares, as escolas públicas passaram a ofertar oficinas de arte e cultura, quais sejam: artes plásticas (grafite), dança (afro, funk e de rua), artes cênicas (teatro popular), musicalidade (percussão), esporte (futebol, capoeira) etc.

Os saberes culturais e populares negros são incorporados na realização dessas atividades. Diversas expressões sociopolíticas e culturais de criação-recriação afro-brasileira e africana fazem parte do repertório formativo dos(as) educadores(as) sendo reconhecidos e legitimados pelos(as) educandos(as).

Entretanto, nem sempre o trabalho realizado por esses profissionais relacionados à valorização da cultura popular negra, no interior da instituição escolar, dá-se de maneira integrada com as práticas escolares. Perde-se com isso a possibilidade de consolidar outros tipos de práticas educativas. Práticas educativas essas capazes de integrar saberes populares afrodiáspóricos articulados aos saberes escolares.

Dessa forma, se, por um lado, há uma prática sociorracial educativa sendo desenvolvida juntamente com crianças, jovens e adultos em relação ao reconhecimento e à valorização da cultura africana e afro-brasileira; por outro, esses saberes são ainda pouco incorporados pelas práticas escolares.

É no interior das práticas sociais que os saberes sociopolíticos e culturais afrodiáspóricos são recriados e difundidos socialmente. A cultura e educação popular negra se concretizam, portanto, por meio de ações sociais protagonizadas sobretudo pelo sujeito político negro(a). Pensar em termos de EPN contribui para evidenciar os saberes de libertação e emancipatórios que se realizam no interior de diversas práticas sociorraciais.

Considerações Finais

No contexto marcado por políticas de reconhecimento, torna-se cada vez mais necessário analisar e interpretar a realidade social a partir de uma perspectiva histórica, política e cultural tendo em vista as lutas políticas de libertação e emancipação popular.

Afinal, do ponto de vista histórico, são elas que têm ocasionado saberes de libertação e emancipatórios na dinâmica da vida social.

Esses saberes decorrem das experiências políticas, sociais, religiosas, culturais, ancestrais, entre outros. Eles são concretizados na realização de práticas sociorraciais voltadas para promover a cultura e a educação popular negra.

É no interior da realização dessas práticas que homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos, negros e não negros, imersos na cotidianidade da modernidade-colonial-tardia, circunscritos em espaços sociais – campo e cidade, produzem-reproduzem novas subjetividades. A produção dessas novas subjetividades é crucial no processo de constituição da identidade negra positiva.

Assim sendo, o uso conceitual e interpretativo da Educação Popular Negra (EPN) contribui para entender melhor a maneira que os saberes de libertação e emancipatórios se concretizam na cotidianidade. E mais, o seu emprego busca reconhecer e pôr em evidência o protagonismo sobretudo do sujeito político negro(a) na realização da cultura e educação popular.

Portanto, na concretização de práticas sociais voltadas para a cultura popular negra que são constituídos, organizados e compartilhados os saberes de libertação e emancipatórios relacionados ao reconhecimento e à valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Daí emerge então a necessidade de entender a dinâmica das práticas sociais de lutas emancipatórias voltadas para a promoção de justiça sociorracial a partir da perspectiva analítica da EPN.

Referências

- ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2. reimpressão. Tradução de Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1. ed. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **História da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**. Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Consciência e educação**. São Paulo: Cortez, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREIRE Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente**: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GARCÉS, Mário. Educação Popular e Movimentos Sociais. *In*: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. p. 77-89.

GIOVANETTI, Maria Amélia. A formação de educadores de EJA: o legado da Educação Popular. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 243-254.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

12

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LIMA, Ivan Costa (org.). **Educação popular afro-brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, n. 5, 1999. (Série Pensamento Negro em Educação).

MARINHO, Andrea Rodrigues Barbosa. **Paulo Freire e a conscientização**. 2015. 166 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2. ed. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

PASSOS, Joana Célia dos. Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular. Negros em Santa Catarina. *In*: LIMA, Ivan Costa (org.). **NEN: Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, n. 8, 2002. p. 19-43.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1973.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, n. 4, p. 75-102, jul./dez. 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. **Ensaio Filosófico**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 6-25, out. 2011.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **A Pedagogia da Tradição**: as dimensões do ensinar e aprender no cotidiano das comunidades afro-brasileiras. 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROMÃO, Jeruse. Há o tema do negro e há a vida do negro: educação pública, popular e afro-brasileira. *In*: LIMA, Ivan Costa (org.). **Educação popular afro-brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, n. 5, 1999. p. 33-60. (Série Pensamento Negro em Educação).

ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

13

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: A descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Saber do negro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, Renato Emerson. Agendas x Agências: a construção do movimento PVNC. *In*: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha. **Identidade negra**: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ação Educativa, Anped, 2002. p. 37-57.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SILVA, Natalino Neves da. Nas trilhas da aventura pedagógica de educar com e para o social. **Paidéia**. Belo Horizonte, ano 9, n. 13, p. 57-68, jul./dez. 2012.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

STRECK, Danilo. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da Educação Popular. *In*: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 356-368.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**: unidade entre teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Notas

ⁱ Os diálogos estabelecidos com amigas(os), orientandos(as) e pós-graduandos(as) do Programa de Mestrado Profissional em Educação têm contribuído para adensar as reflexões aqui desenvolvidas.

ⁱⁱ Acompanhando a argumentação apresentada por Joel Rufino relacionada à organização do movimento negro nos anos de 1970, entendemos que o estrato social dos integrantes desse movimento predominantemente era composto “de classe média baixa, na sua esmagadora maioria, ou em transição para ela. Considerando o fato evidentiíssimo de que a maioria da população negra se localiza da classe média baixa para trás (e, além disso, no campo e nas regiões mais pobres do país)” (SANTOS, 2015, p. 20).

ⁱⁱⁱ Vázquez (1977) define práticas sociais como um conjunto de ações sociopolíticas e educativas realizadas por atores sociais de caráter intencional no sentido de transformar determinado estado de coisas (*práxis*).

^{iv} Entende-se como negro pessoas autodeclaradas - pretos e pardos - de acordo com a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

^v Raça é abordada aqui como uma construção social, histórica e política.

^{vi} Brandão e Assumpção (2009) reconhecem que várias são as definições de Educação Popular. Os sentidos expostos atendem adequadamente os propósitos deste trabalho.

^{vii} A lei acrescentou o art. 26-A, art. 79-A (Vetado) e o art. 79-B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96 - LDBEN) (BRASIL, 1996). E, em 2008, ela foi alterada para a Lei n.º 11.645 (BRASIL, 2008) e passou a incluir a História e Cultura dos Povos Indígenas Brasileiros. Neste artigo, tratamos a perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

^{viii} Tendo em vista a Lei n.º 12.288/2010 (BRASIL, 2010), que institui o Estatuto da Igualdade Racial, é necessária uma maior conscientização da população brasileira em relação à luta pelo direito à terra e à vida de trabalhadores negros e das comunidades negras rurais. De igual modo, a produção alimentar sustentável feita por pessoas negras remanescentes das comunidades dos quilombos, no sentido de respeitar as suas tradições, valores e religiosidades.

^{ix} Com Freire, este trabalho concorda que a conscientização se realiza em diferentes níveis para além de uma vaga ideia de tomada de consciência. Nesse caso, o estágio de consciência racial crítica “supõe superar a falsa consciência, quer dizer o estado de consciência semi-intransitivo, ou transitivo-ingênuo e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada” (FREIRE, 1980, p. 90). Para maior aprofundamento desse conceito em sua obra, conferir Marinho (2015).

^x Fanon (2008) identificou que esse tipo de alienação dá-se em contextos coloniais (e também pós-coloniais), impossibilitando a pessoa negra de construir uma autoimagem positivada de si em detrimento da imagem do outro (colonizador/branco).

^{xi} A Educação Popular traz em si a ideia política que envolve o ato de educar, que subjaz toda a relação cultural e educativa estabelecida entre sujeitos. Para um maior aprofundamento acerca da história da Educação Popular brasileira, consultar: Beisiegel (1974), Brandão (1986), Fávero (1983) e Paiva (1973), entre outros.

^{xii} Marilena Chauí (1986) considera que, no interior das lógicas da cultura popular, há um caráter ambíguo de conformismo e de resistência.

^{xiii} Freire concebeu a categoria - opressor *versus* oprimido - a luz da leitura atenta de obras de Fanon (2005) e Memmi (1977). Sobre a influência do pensamento de Amílcar Cabral (1924-1973) em suas concepções político-teórica, entre outros, ver: Freire (1977), Freire e Guimarães (2003), Romão e Gadotti (2012).

^{xiv} Bardin (2016) destaca - heurística e administração da prova - como funções privilegiadas da análise de conteúdos. Nesse caso, o uso dessa técnica “deveria ser aplicável a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte” (BARDIN, 2016, p. 35).

^{xv} Os trabalhos selecionados fazem parte de uma constelação de outros existentes no campo das Relações Étnico-Raciais, os quais vêm sendo produzidos ao longo dos anos.

^{xvi} De acordo com o jurista Joaquim Barbosa Gomes (2001, p. 95), “as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como à correção dos efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego”.

^{xvii} No *site* da instituição, consta como sua missão: “No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação”. Para saber mais: <https://www.educafro.org.br/site>.

^{xviii} As informações sobre PVNC estão disponíveis em: <http://www.sentimentanimalidades.net/pvnc>.

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre

